

PROLETARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE: UM CAMINHO PARA O SOFRIMENTO PSÍQUICO

Renata Santos da Silva
Andreia Mendes dos Santos

RESUMO

O texto traz algumas reflexões sobre a atual relação entre saúde mental e a subjetividade do trabalho na profissão docente, considerando que situações de atividade laboral podem ser fonte de sofrimento psíquico. Para tal reflexão busca-se articular os temas trabalho, proletarização e sofrimento psíquico, contextualizando as demandas de trabalho do docente na atualidade. Em uma perspectiva histórica, é possível perceber que as reformas educacionais oriundas de políticas educacionais de garantia de acesso à escola modificaram o fazer e o status docente. É preciso considerar que o papel do professor sofreu modificações ao longo dos anos; a atividade docente hoje extrapola a mediação do processo de conhecimento do aluno e, para além da sala de aula, articula a relação entre a escola e a comunidade. Essa escrita permite considerar que a atividade docente possui características que demandam a subjetividade do trabalhador e que este muitas vezes vive o dilema entre as condições de trabalho e as exigências desse trabalho.

Palavras-chaves: Trabalho, proletarização, sofrimento psíquico docente.

INTRODUÇÃO

É preciso considerar que ao desenvolver uma atividade profissional todo indivíduo não está somente buscando meios para manter-se na vida, mas está também, buscando uma inserção social. Trabalhar não é exclusivamente transformar um objeto ou situação numa outra coisa, é também transformar a si mesmo no e pelo trabalho (DUBAR, 2005). Em uma perspectiva psicossocial reflete-se que o trabalho modifica a identidade do trabalhador, pois ao trabalhar ele não está somente fazendo alguma coisa, mas está fazendo alguma coisa de si mesmo, consigo mesmo (TARDIF e LESSARD, 2014).

O trabalho constitui uma das identidades sociais, uma maneira de entrar em contato com a sociedade e, através do trabalho, o homem adquire um *status* uma representação social. Por outro lado, enquanto instância social, o trabalho modifica o homem, podendo ser fonte de conhecimento e de experiências, influenciando nos seus valores e comportamentos, para além do acúmulo de bens materiais. Considera-se que a realização de uma atividade profissional engloba aspectos objetivos relacionados à execução de tarefas para a confecção de um produto e aspectos subjetivos, onde se articula uma história individual com vivências de prazer e de sofrimento que, de acordo com as características de personalidade do trabalhador e as condições de trabalho, poderão se tornar fonte de equilíbrio ou de adoecimento.

Assim, o trabalho é experiência psicossocial com influência estrutural na vida das pessoas e pode-se afirmar que através do trabalho o ser humano se constitui socialmente. Observa-se que, com o trabalho, o ser humano busca meios de satisfação das necessidades básicas tanto na esfera financeira como também na esfera psíquica. O trabalho é uma necessidade humana, que muitas vezes, é desenvolvido por uma dada profissão. Entende-se que o trabalho é a realização da tarefa, enquanto que o que constitui uma profissão é a harmonia de conhecimentos para a realização do trabalho. No caso dos professores, pode-se dizer que são esses profissionais (ou essa categoria profissional) que executam o trabalho docente.

Trabalho e profissão compõem a identidade dos indivíduos, sendo fonte de desenvolvimento de potencialidades, autoestima e status social. Por outro lado, a ausência de atividade laboral é, para muitos, fonte de sofrimento psíquico. Um exemplo disso é que tanto o desemprego, como a aposentadoria, causam adoecimento em alguns indivíduos. A relação do homem com o trabalho é ambivalente; estudiosos da questão como Dejours (1987), Codo (1999) e Jacques (2003) apontam que as condições e as exigências do trabalho também são causas de doenças físicas e mentais.

Neste contexto, a relação entre saúde e trabalho é tema amplamente pesquisado nas áreas, dentre elas podemos citar: Psicologia, Sociologia, Economia, Ergonomia, Administração, entre outras. Na área da Educação, esse tema emerge quando buscamos compreender o contexto das relações escolares e as exigências propostas para docência hoje. Este artigo discute as imbricações da subjetividade na saúde mental dos docentes que enfrentam no cotidiano um cenário desgastante. Tal circunstância pode vir a produzir o mal-estar docente que muitas vezes torna-se uma das fontes de adoecimento pelo trabalho. É preciso considerar o fato de a contemporaneidade fazer marcas em contextos, como a Educação que segue as transformações ocorridas na sociedade e que impactam aqueles que trabalham, vivem e convivem nesses espaços laborais.

Transformações na educação e o trabalho na docência

As mudanças sociais e as reformas educacionais provocaram mudanças na profissão docente. Até meados dos anos 60, maior parte dos trabalhadores do ensino gozavam de uma relativa segurança material, de emprego estável e de certo prestígio social. Já a partir de

meados dos anos 70, a expansão das demandas da população por proteção social provocou o crescimento do funcionalismo e dos serviços públicos gratuitos, entre eles a educação.

É preciso considerar que as reformas educacionais da década de 60, ampliaram o acesso à escolaridade. A expansão educativa foi acompanhada pela incorporação massiva dos trabalhadores ao ensino, segundo Oliveira (2004), assentando-se no argumento da educação como meio mais seguro para a mobilidade social, individual ou de grupos. Observa-se que regidas pela necessidade de políticas de garantia de acessos aos bens públicos, tais reformas compreendiam a educação como estratégia para redução de desigualdades sociais.

Na década de 90, as reformas educacionais norteavam para a questão da equidade social. Para Oliveira (2004), tal mudança de paradigma implicou em transformações substantivas na organização e na gestão da educação pública. Esse fato se tornou um imperativo dos sistemas escolares.

Nesta época, formar os indivíduos para a empregabilidade torna-se o foco pois, a educação geral se torna um requisito indispensável ao emprego formal e regulamentado, ao mesmo tempo em que deveria desempenhar papel preponderante na condução de políticas sociais de cunho compensatório, que visem à contenção da pobreza.

Na atualidade, as políticas educacionais têm visado à educação para todos, mas há de se destacar que muitas reformas oriundas dessas políticas interferiram diretamente sobre as condições de trabalho dos docentes. Na tentativa de garantir a equidade, observa-se uma disparidade entre as metas a serem alcançadas e as condições de trabalho.

É preciso considerar que o papel do professor sofreu modificações ao longo dos anos, extrapolando a mediação do processo de conhecimento do aluno e sendo ampliado para além da sala de aula, articulando-se, dessa forma, entre a escola e a comunidade. Segundo a LDBEN (1996), o trabalho docente não é definido mais apenas como atividade em sala de aula; ele agora compreende a gestão da escola no que se refere à dedicação dos professores ao planejamento, à elaboração de projetos e à discussão coletiva do currículo e da avaliação.

Segundo Akkari (2011), mais de 60 milhões de professores são contabilizados no mundo. Isso demonstra a magnitude e a importância dessa classe de trabalhadores,

principalmente no que se refere à efetivação das políticas educacionais. No Brasil, em 2012, eram 2,3 milhões de professores na Educação Básica¹

A mudança do sistema educativo incorporou uma popularização do ensino. Tal mudança foi imposta através de políticas educacionais que não puderam ser efetivadas em sua plenitude, devido à falta de recursos humanos, de recursos financeiros e de formação adequada aos docentes. Entretanto, são cada vez mais constantes as exigências políticas colocadas sobre o trabalho do professor, aumentando a pressão sobre esse trabalhador.

Atualmente, Jesus (2007) aponta implicações diretas e indiretas que atuam sobre o trabalho do docente: o aumento das exigências em relação ao professor, a inibição educativa de outros agentes de socialização, o desenvolvimento de fontes de informação alternativas à escola, a ruptura do consenso sobre a educação, o aumento das contradições no exercício da docência, a mudança de expectativa em relação ao sistema educativo, a modificação do apoio da sociedade ao sistema educativo, a menor valorização social do professor, a mudança dos conteúdos curriculares, as mudanças nas relações entre o professor e o aluno, a fragmentação do trabalho do professor; as deficientes condições de trabalho e a escassez de recursos materiais.

Como consequência das implicações apontadas por Jesus, pode-se relacionar que essas condições de trabalho não permitem que o professor se realize como profissional nem como ser social, impedindo-o de aprimorar e de desenvolver novas capacidades, produzindo a autonomia de suas ações.

Nas condições descritas, na realização de uma prática alienante, a qualidade do ensino é prejudicada porque o trabalho se resume a repetir conteúdos. Além disso, o risco da reprodução mecânica na atividade docente não permite a ampliação das possibilidades de crescer como professor e limita as possibilidades de aprendizado dos alunos. Dessa forma, a atividade laboral do professor pode se reduzir a realizar operações mecânicas apenas para garantir a sobrevivência.

Status Docente e a Proletarização

As mudanças ocorridas no fazer docente estão acompanhadas de uma mudança no status social da própria profissão. Para compreender esse processo devemos observar o

¹ Disponível em <http://www.folhavoria.com.br>. Acesso em 05 de dezembro de 2015.

sistema estatal que estabelece cada vez mais perdas sobre o plano de carreira e impõe o aumento de atribuições docentes frente a grande demanda diversificada de alunos.

Justificando a necessidade de garantia de acesso às reformas educacionais se estruturaram de acordo com a demanda capitalista, pois, para nortear os processos educacionais, fica estabelecido um ordenamento onde o docente cumpre um papel de operador que sobre a tutela de um administrador é controlado em relação ao tempo, método e diretrizes que aplicam-se a uma gama diversificada de alunos. Nesse contexto o trabalho docente está mais condicionado em atender uma grande demanda diversificada de alunos, onde o foco do processo se torna o ensino e não a aprendizagem.

Como pontua Contreras (2012), diante desse quadro, os professores, assim como a classe operária, perdem em qualificação e veem reduzido seu trabalho quanto ao desempenho de tarefas isoladas e rotinizadas, sem compreender com maior grau de clareza e crítica o significado do processo. Os professores também se aproximam da classe operária quando se articulam em sindicatos e associações de classe, coletivos de trabalhadores que visam melhores condições de trabalho e de remuneração.

Além da perda de controle sobre o processo de trabalho, os docentes estão massificados por rotinas estafantes de trabalho devido à baixa remuneração. Na condição de trabalhadores assalariados com baixa remuneração, os professores sentem a necessidade de ampliar sua carga horária de trabalho, muitas vezes se submetendo a sessenta horas semanais.

Contreras (2012) aponta que a tese básica da proletarização de professores(as) se sustenta pela subtração progressiva de uma série de qualidades que conduziram o(a) professor(a) a uma perda de controle e sentido sobre o próprio trabalho, evidenciando que o que está em jogo é a autonomia desses profissionais. Desse modo, entende-se que os docentes ocupam um lugar de subordinação no campo educacional, visto que, seu papel pode se reduzir a meros executores dos interesses estatais.

As autoras Soratto e Heckler (1999) exemplificam esse contexto estatal/ capitalista, onde a escola é tratada como uma empresa: uma determinada secretaria estadual ou municipal seleciona e paga milhares de trabalhadores, constrói prédios onde esses trabalhadores irão atender milhões de clientes, define material didático e os objetivos a serem atingidos e avalia a “produtividade”. Uma enorme cooperação de trabalho que pode ser comparada a uma empresa de médio porte. Todavia, apesar do tratamento dado ao trabalho e status da profissão docente na atualidade, aproximando o funcionamento das escolas ao funcionamento de uma empresa, não se pode deixar de considerar as peculiaridades do trabalho docente onde a

criatividade, a autonomia e a satisfação são ferramentas fundamentais para o trabalho com a diversidade humana.

O sofrimento psíquico e a subjetividade do trabalho docente

Para discutir o trabalho do educador, em especial do docente, Codo (1999) aponta que é um trabalho impossível de ser *taylorizado*, de se enquadrar em uma linha de montagem. Em especial, o trabalho do docente conta ainda com uma particularidade fundamental: o afeto. Dessa forma, desenvolve-se um trabalho de ação particularizada ao outro, sendo este, um diferencial entre fazer e saber fazer.

Conforme Codo (1999), a ideia de cuidado originou a atividade docente e sua profissionalização. Consequentemente, também gerou uma situação conflitiva, uma vez que no mercado de trabalho não se enquadram lógicas de cuidado, muito menos de afeto. Ainda diante desse paradoxo, a importância do afeto na realização da atividade docente é elevada, ainda que não se encaixe a uma relação de trabalho.

Segundo o autor, na atividade docente, o vínculo afetivo nunca se fecha, pois o professor está constantemente se questionando: “qual é o limite para vincular-se a um trabalho com configurações tão tênues?” O que ocorre é que o circuito afetivo, construído com tempo de dedicação se rompe por razões vindas de fora do vínculo, ou seja, as mediações rasgam uma trama construída entre o eu e o outro.

É possível exemplificar tal contexto com uma breve história hipotética: o professor consegue resgatar um aluno infrequente para que retorne às aulas. No entanto, após muito investimento e dedicação do professor para que o aluno construa as aprendizagens necessárias, este, algumas vezes, sob influência da família, sente necessidade de retornar ao mercado de trabalho, priorizando o sustento da renda familiar ao invés dos estudos.

É impossível passar distante de tal situação, observa-se que o afeto nessa relação se mistura com o cuidado, contudo, por motivos externos, não pode ser plenamente satisfatório. O que se deseja exemplificar é que existe uma lógica estatal que pressiona o professor a resgatar tal aluno, mas que não garante a permanência deste. Entretanto, ao professor não deixa de ser cobrados resultados.

Essas e tantas outras situações vividas no cotidiano da escola exigem do docente a necessidade de reaproximação de seu investimento subjetivo. Através desses mecanismos, os

docentes buscam estratégias para manter o equilíbrio psíquico frente às demandas do trabalho. “O sofrimento psíquico do professor não pode ser entendido como sendo um fenômeno somente de ordem biológica, mas, sobretudo, de ordem psíquica, subjetiva e relacional” (AGUIAR E ALMEIDA, 2011, p.15).

Sobre essa energia afetiva envolvida na atividade docente, Codo (1999) pontua que quando a energia afetiva não encontra formas de vazão e retorna para sua origem (psiquismo) inverte sua polaridade. Isso significa que o afeto de energia construtiva poderá também ser energia negativa e destrutiva nesse caminho de volta. Ancoradas nas ideias de Dejours (1994), as autoras Aguiar e Almeida (2011) enfatizam que existe um paradoxo psíquico do trabalho, pois para uns, ele é fonte de equilíbrio e traz consigo o poder de diminuir a carga psíquica; para outros; o trabalho é vivenciado com sofrimento. Mas o que faz tal diferença?

A interpretação que o docente dá às exigências do cotidiano escolar, o estilo de cada um e o significado que é atribuído aos “agentes estressores” produzem os diferentes graus de sofrimento e a variedade de sintomas que afetam a sua saúde física e psíquica. A literatura sobre a saúde do trabalhador aponta a dificuldade em estabelecer uma única causa para o adoecimento dos trabalhadores, pois este adoecimento é uma mistura da sua história pessoal com acontecimentos da vida profissional.

Contudo, existem profissionais que lidam muito bem –ou, ao menos, de forma satisfatória- com os desafios impostos pela docência. São aqueles profissionais que conseguem dar vazão de forma positiva às demandas e aos desafios da prática docentes (TAVARES, 2001) Esses professores traduzem um termo originário da área das engenharias, mas nos últimos anos muito comum nas áreas de Psicologia, de Ciências Sociais e de Educação: a resiliência.

Originário da área da física e da área das engenharias, o conceito de resiliência está associado à capacidade máxima de um material suportar a tensão sem se deformar, (SACHUK E CANGUSSU, 2008). O conceito de resiliência ganhou dimensões conceituais na área das ciências humanas. Para Fajardo, Minayo e Moreira (2010), a resiliência se caracteriza por um conjunto de processos sociais e intrapsíquicos que possibilitam à pessoa poder ter uma vida saudável em um meio adverso.

Há professores que apresentam maior resistência aos fatores agressores encontrados na prática, criando alternativas para controlar os desafios e responder às responsabilidades, reagindo às adversidades e mostrando-se capazes de recuperação das agressões sofridas, conseguindo, assim, diminuir seu estresse. Esses profissionais detêm características que fortalecem a resiliência (FAJARDO, MINAYO E MOREIRA, 2010, p. 763)

A docência é considerada uma das ocupações profissionais em que são registrados níveis elevados de estresse. No trabalho docente, estão presentes aspectos potencialmente estressores, como: baixos salários, escassos recursos de materiais didáticos, classes superlotadas, tensão na relação com alunos, excesso de carga-horária e inexpressiva participação nas políticas educacionais.

Segundo Fajardo, Minayo e Moreira (2008) o estresse na profissão docente ocorre, porque muitos professores não visualizam perspectivas em seu trabalho, não examinam seu sucesso profissional, sua competência e a sua satisfação que têm com ele. As autoras ainda apontam que no contexto educacional brasileiro não são raras as vezes que os docentes descrevem sensações de mal-estar e de impotência.

A forma como a resiliência se apresentará, dependerá também de como as pessoas enfrentarão as adversidades. E, para esse enfrentamento, Leal, Röhr e Reginier (2011) apontam ser importante utilizar as estratégias de *coping*. Os autores descrevem *coping* como um “conjunto de estratégias, de esforços cognitivos específicos, utilizados pelas pessoas para se adaptarem às situações estressantes” (p. 3).

O *coping* se constitui em uma estratégia de enfrentamento frente ao estresse e às adversidades; é um processo adaptativo, no qual o indivíduo lança mão de recursos psíquicos para dar conta de uma demanda social. Entretanto Leal, Röhr e Reginier salientam que é fundamental

esclarecer que as estratégias de *coping* fazem parte do processo de resiliência, uma vez que o enfrentamento das adversidades é uma fase do mesmo. No entanto, *coping* não é resiliência, pois nem toda estratégia de enfrentamento é bem sucedida e, por isso, nem sempre resultará em resiliência (2011, p. 3)

Jesus (2007) aponta que a formação educacional pode propiciar essa aprendizagem, ajudando o professor a desenvolver competências e qualidades (resiliência) e estratégias (*coping*) para fazer frente às principais fontes de mal-estar, contribuindo para a sua realização

e bem-estar profissional. Não se pode eliminar os fatores que dificultam a atividade docente, mas é possível preparar os docentes para enfrentar os desafios diários. Nesse caso, o processo de formação se mostra como um importante recurso.

Contudo, o que acontece quando as estratégias de enfrentamento do docente frente aos desafios da profissão não são suficientes? Ou o que acontece quando o docente não possui recursos psíquicos para lidar com tal realidade? Muitas são as consequências dessas situações. Observa-se desde um processo de mal-estar frente à profissão e, mais severamente, o adoecimento e a Síndrome de *Burnout*.

Para Batista e Codo (1999), os docentes estão em constante, em maior ou menor medida, experimentando os problemas da desigualdade social² que caracterizam a sociedade. A violência nas escolas já virou rotina e influencia nas condições de aprendizagem dos alunos e nas condições de trabalho dos professores. “Isso significa que, no cenário escolar, a violência começa a perder seu caráter de excepcionalidade” (BATISTA E PINTO, 1999, p. 312).

“Educar não é apenas ensinar um conteúdo específico, é também, o enfrentamento de questões éticas e morais que por si são problematizadas pelo episódio violento”. (BATISTA E CODO, 1999, p. 314). Uma escola é tecida por uma rede complexa de interações sociais, todas elas afetadas pela violência. A incorporação da violência no cotidiano de uma comunidade onde a escola está inserida implica que outras estratégias de enfrentamento deverão ser tomadas do ponto de vista subjetivo, pois provoca excitação, medo, desconforto e até mesmo pânico. O ato violento obriga o professor a reorganizar seu programa e seu conteúdo a fim de adaptar os processos de aprendizagem ao contexto e ao tempo disponível.

Pode-se assim, refletir sobre o agravamento de um elemento do trabalho docente: a violência, sendo importante considerar que esse elemento se confronta à configuração da identidade profissional. Tal aspecto aliado a outras dificuldades no fazer docente pode gerar prejuízos psíquicos aos docentes causando processos de adoecimento.

Como sintoma dos processos de adoecimento psíquico pode-se inferir o alto grau de estresse. Jesus considera o estresse um dos indicadores do mal-estar docente.

O conceito de mal-estar docente pretende descrever os efeitos negativos das condições da profissão docente sobre a personalidade do professor, integrando os

² Entendemos por Desigualdade social os processos relacionais na sociedade que têm o efeito de limitar ou prejudicar o *status* de um determinado grupo.

conceitos de insatisfação, demissão, falta de responsabilidade, desejo de abandonar a docência, absenteísmo, esgotamento, ansiedade, estresse, neurose e depressão. (2007, p. 14)

O mal-estar docente é um fenômeno dos nossos dias e, neste sentido, “constitui a última fase de um processo de confronto com exigências profissionais que ultrapassam os recursos de adaptação do professor” (JESUS, 2007, p. 20). Quando o docente percebe sua incapacidade frente às exigências profissionais, pode haver esgotamento físico, emocional, perda de identidade e insatisfação com o trabalho.

Menezes e Codo (1999) enfatizam que o professor pode se sentir derrotado frente a tantas tensões, perdendo o sentido de seu trabalho. Pouco a pouco, ele desiste e entra em *Burnout*. O nome *Burnout* foi acolhido pela língua portuguesa para denominar uma síndrome descoberta em meados da década de 70 e significa “perder o fogo, perder a energia”.

“É uma síndrome através da qual o trabalhador perde o sentido da sua relação com o trabalho, da forma que as coisas já não importam e todo esforço é inútil” (p. 238). Portanto, a síndrome de *Burnout* é definida como uma reação à tensão emocional crônica gerada pela interação com outras pessoas envolvendo uma relação de cuidado (MENEZES E CODO, 1999).

O *Burnout* não deve ser confundido com o estresse, pois enquanto o estresse pode ter efeitos positivos ou negativos, o *Burnout* é sempre negativo. A teoria de *Burnout* refere que os recursos pessoais são perdidos ou se tornam inadequados às demandas. “Faltam estratégias de enfrentamento” o docente assume uma postura de distanciamento e frieza frente aos alunos e às questões escolares (MENEZES E CODO, 1999, p. 240).

Subordinado a uma situação de trabalho que não pode mais tolerar, mas que também não pode desistir, o docente entra em um desapego de modo abandonar o trabalho mesmo estando trabalhando na escola. Tendo em vista que tamanha exaustão emocional está cada vez mais dizimada entre a categoria dos professores e que a profissão docente exige recursos que estão além do domínio de conteúdos acadêmicos, é fundamental propiciar a essa categoria momentos de formação com foco no desenvolvimento do ser humano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões apresentadas neste texto buscam compreender a relação entre saúde mental e a subjetividade do trabalho na profissão docente, considerando que situações de atividade laboral podem ser fonte de sofrimento psíquico. Ao abordarmos o trabalho docente em uma perspectiva histórica podemos perceber que as reformas educacionais oriundas de políticas educacionais de garantia de acesso a escola modificaram o fazer e o status docente. Tais políticas educacionais não puderam ser efetivadas em sua plenitude e aos docentes coube dar conta de uma demanda de trabalho sem as condições necessárias para realização desse trabalho.

As mudanças ocorridas na sociedade e o sistema capitalista influenciam na estrutura estatal e nas reformas educacionais. Os docentes sofrem os prejuízos dessa influência, na proletarização da profissão que desvaloriza o seu status social, condições de trabalho e salário. Neste contexto, a escola se impõe em um funcionamento de empresa e os docentes são tratados como meros executores de tarefas reguladas por diretrizes e métodos que visam alcançar metas e índices.

Contudo, mesmo com a lógica capitalista influenciando as rotinas escolares, o trabalho nas escolas, em especial o trabalho docente, possui uma subjetividade e um elemento fundamental para o seu desenvolvimento: o afeto. Nesse aspecto, o trabalho docente mobiliza investimento subjetivo. A subjetividade presente no trabalho docente é, muitas vezes, fonte de sofrimento e adoecimento. A amplitude desse grau de adoecimento é mediada pela estrutura psíquica de cada docente, havendo profissionais que mantêm a saúde mental, mesmo em contextos difíceis, entretanto quando os recursos psicológicos do indivíduo não suportam a situação de trabalho, ocorre o adoecimento do trabalhador.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Rosana, R.; ALMEIDA, Sandra, F. C. **Mal-estar na Educação: O sofrimento psíquico dos professores**. Curitiba: Juruá, 2011.

AKKARI, Abdeljalil. **Internalização das políticas educacionais**. Petrópolis: Vozes, 2011.

BATISTA, Anália; CODO, Wanderley. Crise de Identidade e Sofrimento. In: CODO, Wanderley. **Educação carinho e trabalho**. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 60-87.

BATISTA, Anália; PINTO, Ricardo, M. Segurança nas escolas e burnout professores. In: CODO, Wanderley. **Educação carinho e trabalho**. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 312-323.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

CODO, Wanderley. **Educação carinho e trabalho**. Petrópolis: Vozes, 1999.

CONTRERAS, José. **Autonomia de professores**. São Paulo: Editora Cortez, 2012.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho**: um estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo. Editora Cortez, 1987.

DUBAR, Claude. **A socialização**: construção das identidades sociais e profissionais. Porto: Editora Porto, 2005.

FAJARDO, Indinalva; MINAYO, Maria. C.; MOREIRA, Carlos, O. Educação Escolar e Resiliência: política de educação e a prática docente em diversos meios. **Ensaio**. Rio de Janeiro, vol. 18, n.69, p. 761-773, 2010.

JACQUES, Maria da Graça. Doença dos nervos: uma expressão da relação entre saúde e doença mental. In: CODO, Wanderley e JACQUES, Maria da Graça (Org.). **Saúde Mental e Trabalho**.Petrópolis: Vozes, 2003.

JESUS, Saul. N. **Professor sem stress**: realização profissional e bem- estar. Porto Alegre: Mediação, 2007.

LEAL, Ana L.; RÖHR, Ferdinand; RÉGNIER, Nadja A. A resiliência e seus efeitos na prática docente IN: **Congresso de Psicologia escolar e educacional**, 10, 2011, Maringá, Disponível em: <abrapee.psc.br/xconpe/trabalhos>. Acesso em: 29 nov.2015.

MENEZES, Iône, V., CODO, Wanderley. Educar, educador, In: In: CODO, Wanderley. **Educação carinho e trabalho**. Petrópolis: Vozes, 1999, p.37-47.OLIVEIRA, Dalila, A. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação e Sociedade**. Campinas, v.25, n.89, p. 1127-1144, 2004.

SACHUK, Maria, I.; CANGUSSU, Ewerton T. Apontamentos iniciais sobre o conceito de resiliência. **Net**, Londrina, 2008. Disponível em < [/www.uel.br/revistas/ssrevista](http://www.uel.br/revistas/ssrevista)> Acesso em 07 dez. 2015.

SORATTO, Lúcia.; HECKLER, Cristiane O. Os trabalhadores de o seu trabalho In: . In: CODO, Wanderley. **Educação carinho e trabalho**. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 89-110.

TARDIF, Maurice.;LESSARD, Claude. **O trabalho docente** :elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. 9. Ed., Petrópolis: Vozes, 2014.

TAVARES, José. **Resiliência e Educação**. 3. Ed., São Paulo: Cortez Editora, 2001.